

**XXXV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**

**GT 08 – EDUCAÇÃO E SOCIEDADE**

**Os efeitos do PBF na educação: o que pensam professores, diretores e coordenadores?**

**Autor:**

André Brandão

**Co-autor:**

Rita Pereira

## **Os efeitos do PBF na educação: o que pensam professores, diretores e coordenadores?**

### **1. Introdução**

Este artigo empreende a análise de um conjunto amplo de dados qualitativos coletados pelo DATAUFF (Núcleo de Pesquisas Sociais Aplicadas, Informação de Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense) visando perceber como vem se orquestrando o entendimento dos atores que compõem o cotidiano escolar acerca dos efeitos do Programa Bolsa Família (PBF) no ensino público no Brasil contemporâneo. Nesta pesquisa foram selecionadas aleatoriamente via sorteio uma escola com IDEB alto, uma com IDEB médio e uma com IDEB baixo em cada uma das capitais dos estados brasileiros. Nestas escolas realizamos entrevistas em profundidade a partir de um roteiro semi-estruturado com: diretores, professores regentes, coordenadores e técnicos responsáveis pelo preenchimento do censo escolar. Além destes atores entrevistamos também representantes das secretarias estaduais de educação.

Estudo de avaliação recentemente concluído e divulgado pelo próprio Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, que é responsável pelo PBF, aponta para resultados otimistas. Assim, a Nota Técnica 110/2010 da SAGI/MDS afirma que no período compreendido entre 2005 e 2009 a frequência escolar de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos das famílias beneficiárias foi 4,4 pontos percentuais maior quando comparada com a frequência na mesma faixa etária em famílias não beneficiárias. No Nordeste o resultado foi ainda mais expressivo: nada menos que 11,7 pontos percentuais de saldo positivo.

A mesma Nota Técnica afirma ainda que a progressão de ano para crianças e adolescentes de 6 a 17 anos de famílias beneficiárias foi 6,0 pontos percentuais maior quando comparada com famílias não beneficiárias.

Outra pesquisa, realizada em 2008 (SILVA, BRANDÃO e DA DALT; 2009), encontrou impactos positivos do PBF na incorporação de crianças das

famílias beneficiárias à escola no Nordeste do Brasil. Nesta região, sinalizando o PBF como um marco, 26% dos entrevistados informaram que havia crianças da família fora da escola antes de receberem o benefício do Bolsa Família.

Neste contexto realizamos entre 2009 e 2010 uma pesquisa qualitativa de base nacional. Nosso objetivo era mapear como atores sociais em atuação profissional nas escolas que compuseram a amostra avaliavam os efeitos nos alunos da participação das famílias destes no PBF.

Neste artigo inicialmente realizamos algumas considerações gerais sobre o programa Bolsa Família, em seguida discutimos a perspectiva dos entrevistados sobre os efeitos do PBF na educação. Agrupamos os argumentos e perspectivas encontrados nas entrevistas em dois blocos: avaliações positivas acerca da relação entre o PBF e a escola e avaliações negativas em relação a este ponto.

## **2. O Programa Bolsa Família**

O Programa Bolsa Família (PBF - instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004) constitui atualmente a maior iniciativa de transferência de renda existente no conjunto do planeta. Mais de 12.000.000 de famílias consideradas pobres ou extremamente pobres recebem o benefício.

O programa define o que denomina como “condicionalidades”. Estas consistem em um conjunto de “compromissos” assumidos pelas famílias beneficiárias tanto na área da saúde quanto da educação. Cumprir com as condicionalidades é obrigatório para que a família continue recebendo a transferência de renda. Segundo os argumentos do Ministério de Desenvolvimento Social expostos na “cartilha” sobre as condicionalidades que é distribuída aos beneficiários:

“... esses compromissos devem ser vistos ao mesmo tempo como direitos e deveres:

Direitos: o acesso aos serviços de saúde e educação está garantido pela Constituição Federal;

Deveres: para receberem o benefício mensal, as famílias devem atender a todas as condicionalidades, garantindo assim escola para crianças e jovens e saúde para todos os membros da família”. (BRASIL-MDS,2010)

Dessa forma, as condicionalidades são entendidas como uma relação de paridade entre sociedade e governo. Nesta, as famílias são estimuladas ao cuidado com a saúde e educação cabendo ao poder público ampliar a oferta local de tais serviços.

Assim, o participante do Programa Bolsa Família precisa cumprir essas condicionalidades para continuar a receber o benefício: crianças com menos de seis anos precisam ser imunizadas; mulheres grávidas, lactantes e bebês precisam fazer o acompanhamento médico com todos os exames e visitas programados, e crianças e adolescentes precisam estar matriculados e apresentar frequência na escola de 85% e 75%, respectivamente.

Os objetivos do Programa são três. O primeiro é combater imediatamente a fome através da transferência de dinheiro para os beneficiários. O segundo objetivo visa concretizar o acesso aos direitos sociais básicos de saúde e educação. Neste contexto o sistema de “condições” tem sido desenhado com o objetivo de dar fim ao ciclo intergeracional de reprodução da pobreza. E, finalmente, os programas de políticas complementares e integradas (não compulsórios), objetivam integrar os adultos no mercado de trabalho, de forma a que as famílias possam superar sua situação de vulnerabilidade financeira. Como vemos as condicionalidades são consideradas parâmetros mínimos de acesso a direitos para as famílias beneficiárias, seu cumprimento seria, na concepção do PBF, um elemento que contribuiria para o sucesso na superação da condição de pobreza ou extrema pobreza das famílias beneficiárias.

Tendo por base estes pressupostos realizamos entre outubro de 2009 e janeiro de 2010 uma pesquisa qualitativa de base nacional. Esta pesquisa teve como objetivo mais amplo mapear - através de entrevistas em profundidade realizadas com roteiros semi-estruturados - como professores de português e matemática, diretores de escolas, coordenadores pedagógicos e técnicos responsáveis pelo preenchimento do censo escolar avaliavam a partir do

cotidiano de suas escolas os efeitos nos alunos da condicionalidade de educação do PBF.

Nossa amostra compreendeu a seleção de três escolas em cada uma das capitais brasileiras, bem como no Distrito Federal. As escolas eram aleatoriamente sorteadas dentro de três coortes do IDEB de 2007: alto, médio e baixo (considerando a escola de maior IDEB no município, a de menor IDEB e aquela que possuía IDEB médio entre estes extremos - nas situações de mais de uma escola na mesma faixa, escolhíamos aquela com maior numero de alunos).

Para a análise dos dados agregamos todas as escolas e atores entrevistados por região. Como veremos a análise apontou para algumas diferenças nas concepções expressas pelos agentes sociais entrevistados. Vale ressaltar que a afirmação de efeitos positivos do PBF neste campo da educação, embora seja majoritária, está longe de ser consensual. Por outro lado as justificativas para a admissão ou não destes efeitos também possui certa dispersão.

Para a apresentação da análise o texto foi organizado a partir da perspectiva dos operadores de ensino em dois grupos: efeitos positivos e efeitos negativos. Em cada um desses grupos a informação foi sistematizada por região geográfica, seguindo a ordem: Sul, Sudeste, Centro-oeste, Nordeste e Norte. Em seguida, são apresentadas as considerações finais.

### **3. Os efeitos do PBF na educação: a perspectiva dos operadores do ensino**

#### **3.1. Efeitos Positivos**

##### **3.1.1. Região Sul**

Ao pensar sobre os efeitos do PBF no ensino público brasileiro, um grupo de entrevistados sinaliza como sendo positivo o maior controle da família sobre a frequência escolar de seus filhos, pela necessidade de garantir o cumprimento de uma das condicionalidades impostas pelo Programa e, assim, estar apta a receber o benefício. Tal fato redundaria numa maior participação

dessa família no acompanhamento do discente, mesmo que reduzida ao interesse pela frequência às aulas.

“Eu vejo assim a preocupação das mães quanto a frequência e ter esse cuidado. Ah o meu filho faltou um dia já vem com o atestadinho ou com alguma justificativa para ter esse controle porque elas sabem que podem perder. Então eu acho que nessa questão assim está sendo bem aproveitado.” (Diretora de escola em Porto Alegre – Rio Grande do Sul)

“Na nossa Escola eles têm vindo. Eles são bem freqüentes até houve uma época muito no início que eles não acreditavam que a gente fazia o controle de frequência e andaram perdendo seus direitos e agora tem melhorado.” (Coordenadora Pedagógica de escola em Porto Alegre – Rio Grande do Sul)

Alguns operadores de ensino da região Sul acreditam que o PBF impactou na permanência do educando na escola, conforme mostram os exemplos a seguir:

“Eu acredito que houve mudança. Aumentou a frequência. Está mais presente.” (Professor de escola em Curitiba – Paraná)

“Na frequência melhorou. (...) alguns alunos assim faltavam, faltam muito, mas assim essa falta é controlada e não pode passar daquele limite, né porque senão perde o Bolsa Família, então de certa forma melhorou. A gente só respeita quando é cobrado infelizmente.” (Técnico do Censo Escolar em Florianópolis – Santa Catarina)

Outro ponto levantado como resultado positivo da inclusão da família do aluno no PBF foi a possibilidade de saída de jovens e crianças do trabalho precoce, ainda que a qualidade da educação não tenha melhorado, conforme destacado pelo professor de uma escola em Porto Alegre:

“Melhorou, melhorou. O Bolsa Família sim melhorou. E se tivesse mais ia melhorar mais ainda. É porque nós estamos num ponto tão crítico de qualidade de educação que qualquer incentivo que voce der ele vai fazer com que o aluno permaneça na escola mesmo que ele não tenha aprendizagem necessária. A qualidade do aluno não melhorou com certeza. O rendimento, isso a gente percebe que não. Agora que tirou mais gente da rua e do trabalho e colocou na escola não tenho dúvida disso.” (Professor de escola em Porto Alegre – Rio Grande do Sul)

### **3.1.2. Região Sudeste**

Os entrevistados nesta região também estabelecem uma ligação positiva entre o recebimento do PBF pela família e a assunção da responsabilidade, por parte dos pais, do controle da frequência escolar de seus filhos. Embora apontem que isto pode significar que a frequência se dê mais por obrigação para garantir a transferência de renda do que por um desejo dos pais de que os filhos efetivamente desenvolvam uma carreira escolar adequada.

“A pessoa se vê forçada para receber o benefício não é? Ele é forçado a estar em sala.” (Professor de escola em Belo Horizonte – Minas Gerais)

“Porque tem muitas pessoas que obrigam o filho a vir não para ele vir estudar, mas para ele vir a escola para ele não perder a Bolsa Família. (...) tem muitos alunos que eles vêm, são frequentes, em virtude do recebimento dessa Bolsa.” (Técnico do Censo Escolar em Belo Horizonte – Minas Gerais)

Nesta região aparece uma crítica quanto ao posicionamento da instituição escolar e da família diante do cumprimento legal da obrigatoriedade/responsabilidade de manter o aluno na escola, conforme destacado pelo Coordenador de escola em Belo Horizonte, Minas Gerais:

“Esse acompanhamento poderia ser melhor. É obvio que está cheio de menino na escola que vem para aqui pelo Bolsa Família. (...) mas a escola não deveria ser depósito de menino para o pai receber um mísero salário Bolsa Família.”

### **3.1.3. Região Centro-Oeste**

Nesta região do Brasil alguns dos entrevistados reconhecem o PBF como um instrumento que funciona como, inicialmente, um incentivo para o aluno frequentar às aulas e um atrativo para as famílias regularem a frequência de seus filhos. Após a inserção do discente na escola, a presença contínua e a participação nas aulas podem proporcionar um vínculo e o despertar de interesse aluno. Tal aspecto é evidenciado nas entrevistas:

“Porque o aluno além de se beneficiar com essa Bolsa ele tem mais vontade de vir a aula sabendo que ele tem um respaldo, uma coisa por trás para que garanta essa vinda a escola e, com isso, os familiares incentivam mais, cobram mais.” (Professor de escola em Cuiabá – Mato Grosso)

“Mas existem casos em que isso funciona como um incentivo; ele está aqui e estando aqui ele acaba se interessando por alguma coisa e acaba assumindo compromissos.” (Coordenador de escola em Cuiabá– Mato Grosso)

“E a gente vê aqui na escola o que a escola pode estar oferecendo para determinados alunos que tem necessidade, que isso tem motivado. Que isso faz com que o aluno venha para a escola. (...) Talvez não seja o ideal que a gente gostaria que fosse assim, mas que tem ajudado tem sim.” (Diretor de escola em Cuiabá – Mato Grosso)

Outro efeito positivo do PBF sentido pelos operadores de ensino refere-se ao reconhecimento da importância desse dinheiro para a subsistência familiar, que é anterior a escola. Ou seja, trata-se da necessidade primeira de manutenção da vida:



“Sim. É uma boa ajuda que às vezes para algumas pessoas aquele valor pode ser bem significativo. (...) é uma forma de completar a renda vamos dizer assim que conta com aquilo lá.” (Professora de escola em Cuiabá – Mato Grosso)

“Existem mães que são realmente carentes e esse dinheiro do Bolsa Família faz diferença.” (Diretor de escola em Cuiabá – Mato Grosso)

“(...) eu acho que o Programa Bolsa Família... eles têm o compromisso com a família deles de vir para a escola para que a família receba, mas eles não assumem esse compromisso de valorizar a escola, freqüentar realmente a escola. Então eu acho que acaba sendo uma medida emergencial, só. Mas necessária, eu vejo como necessária porque é a nossa realidade.” (Coordenador de escola em Campo Grande – Mato Grosso do Sul)

“Eu acho que em alguns casos o Programa Bolsa Família é necessário. Porque se não fosse o apoio, esse auxílio, a evasão seria maior.” (Professor de escola em Campo Grande – Mato Grosso do Sul)

Outros constatam simplesmente que os alunos têm, de fato, evadido menos: “... ajuda. Porque aqui no DF o Bolsa está condicionado ao desempenho do menino, pelo menos à freqüência dele.” (Diretor de escola no Distrito Federal).

Com a clareza de que o impacto do PBF está na inserção/permanência do educando na escola, um representante de uma Secretaria Estadual de Educação do Centro-Oeste<sup>1</sup> sintetiza: “Só não acredito que tenha o impacto naquilo que a escola se destina que é ensinar.”

---

<sup>1</sup> Quando citamos trechos de entrevistas com representantes das Secretarias Estaduais de Educação optamos por omitir seus estados, visando garantir a não identificação dos profissionais.

### 3.1.4. Região Nordeste

No que se refere aos argumentos que apontam para relações positivas acerca dos efeitos do PBF na educação, verificamos que na região Nordeste (e também Norte) do Brasil a avaliação dos agentes sociais entrevistados é muito mais positiva do que a encontrada em outras regiões do país.

Os profissionais entrevistados estabelecem uma relação entre o recebimento da renda do PBF pela família, o afastamento do aluno do trabalho precoce e precário e sua frequência à escola, aprofundando, assim, a questão para além da dificuldade individual do aluno. Nessa linha de compreensão, os entrevistados situam a articulação intersetorial, ou seja, o movimento onde as diversas políticas setoriais articuladas podem subsidiar a política de educação, no sentido de favorecer as condições de vida do educando e de sua família, diminuindo as possibilidades de afastamento do aluno da escola por questões econômicas. Nesta direção podemos destacar um trecho da entrevista realizada com um diretor em atuação no Nordeste do Brasil:

“O Bolsa Família é outro super importante. A frequência dessas crianças está atrelada ao Bolsa Família. Porque se não, eles estariam nos lixões, como estavam nos lixões, junto com o pai e com a mãe. Mas já tem o Bolsa Família que cobra e dá, pouco, mas dá. Mas também cobra”. (Diretor de escola em Aracaju– Sergipe)

“Porque as autoridades exigem o aluno na escola, a escola é obrigada a mensalmente fazer os relatórios, não é? (...) Então é uma forma de o menino não ter que ir fazer o serviço, não ir trabalhar, tá certo? Mesmo ele não tendo a idade. Então eu acho que melhorou, melhorou bastante.” (Coordenador de escola em Aracaju – Sergipe)

Como na região centro-oeste, entrevistados no nordeste significaram o PBF como um mecanismo para amenizar a miséria e, assim, possibilitar acesso e permanência dos alunos na escola:

“... as pessoas fazem de tudo para que os filhos freqüentem a escola. Aquilo que o governo exige, eles tão tentando fazer. São pessoas que precisam comer. Comer é o mínimo possível do indivíduo para que ele possa pensar em dignidade. Então as pessoas estão vivendo, sobrevivendo do Bolsa Família. É o mínimo para a gente.” (Professor de escola em Aracaju – Sergipe)

“Eu acho que ajuda, não vou dizer que resolve, mas ajuda porque um aluno que passa fome, a partir do momento que tem uma ajuda para alimentação... Não vou dizer que resolve, mas ele vai motivar-se mais.” (Professor de escola em Recife - Pernambuco)

A grande maioria dos entrevistados nessa região destaca o impacto positivo do PBF no sentido de propiciar uma maior inserção dos pais na escola, estando presentes nas reuniões quando solicitados. Isto teria como consequência, um maior investimento destes na direção de seus filhos, insistindo e não desistindo de mantê-los na escola. Assim, salientam que o PBF funciona como um mecanismo de cobrança, de supervisão das famílias em sua responsabilidade de manter os seus filhos na escola.

“Segura muita gente na escola... Ainda tem muitos pais que ainda atrelam realmente a vinda dos filhos à escola a esse benefício. (...) Nós fizemos uma reunião com os pais onde nós, justamente íamos falar da freqüência, e da consequência para esse benefício. O auditório ficou pequeno. Nós nunca tivemos uma quantidade de pais tão grande.” (Técnico do censo escolar em Aracaju – Sergipe)

“O aluno hoje ele se preocupa em freqüentar mais a escola. (...) a gente descobriu que tinha alguns alunos que já não era... que tinha abandonado. Assim há um mês, mais ou menos, que estava sumido da escola e aí... veio. Passou a freqüentar a escola.” (Coordenador de escola em Aracaju – Sergipe)

“Eu sinto principalmente naqueles que tem o Bolsa Família. Isso tem trazido o menino para a escola. Porque se ele não vem, se ele falta, ele perde o dinheiro. Então os pais estão empurrando para a escola, né?” (Professor de escola em Aracaju – Sergipe)

“Faz sim diferença sim... quando a gente quer conseguir algumas mães mais nas reuniões a gente fala: olha; venham porque é alguma informação sobre Bolsa Família. Enche.” (Diretora de escola em São Luiz - Maranhão)

“Tem porque há cobrança né, eles só recebem se tiverem aquele percentual de frequência na escola. Até os próprios pais eles cobram o filho e a escola porque eles querem receber, mas eles não cobram da maneira que a gente queria que eles cobrassem; a questão do comprometimento” (Professora de escola em Fortaleza- Ceará)

“(…) depois desse programa eu percebo que as mães têm mais... Uma preocupação maior, em estar mandando o filho para a escola, e estar vindo à escola saber se o aluno realmente está vindo. Acho que depois, principalmente do Programa Bolsa Família, eles se tornaram mais frequentes.” (Professor de escola em João Pessoa - Paraíba)

Apesar de reconhecerem que o PBF favorece a permanência do aluno na escola, alguns entrevistados transparecem uma expectativa de que tal Programa pudesse dar conta das questões intraescolares: aquelas concernentes à disciplina/indisciplina, aprendizagem, convivência, enfim, construção do conhecimento e preparação para a vida. Nesse viés podemos destacar as seguintes argumentações:

“(…) o interesse é mais da família porque recebe um valor, mas os meninos não têm interesse (...). Então houve sim, na frequência houve uma melhoria, mas na aprendizagem não.” (Diretor de escola em Aracaju – Sergipe)

“... o recebimento da Bolsa é condicionado à frequência. O Estado quando fez esse procedimento e garantiu o aluno, mas a família não entende o que significa educação. O conceito de educação tem uma questão muito mais ampla. Até mesmo porque as pessoas pensam que educação é uma questão de trabalho, já é outro reducionismo que a gente tem, então o conceito de educação está cheio de reducionismos e perdeu-se a noção que educação é se formar e a convivência que é uma coisa muito mais ampla.” (Diretor de escola em Maceió - Alagoas)

“Melhorou somente porque ele vem por causa do dinheiro. Deveria vir por causa da riqueza de conhecimento, mas a gente percebe que eles vêm por causa do dinheiro.” (Professor de escola em Maceió - Alagoas)

“... pode melhorar na questão da frequência do aluno, mas ela, por si só, não tem esse poder de melhorar, nem a qualidade e nem o interesse da criança, porque eles, principalmente os menores, não sabem o que é...” (Coordenadora de escola em Salvador- Bahia)

Estabelecendo um contraponto com a perspectiva anteriormente citada, outros profissionais tomam a presença do aluno na escola – mesmo que “forçada” – como o mote inicial para aprendizagem, pois segundo estes é necessário, antes de mais nada, que o educando esteja presente na aula, para que dela se aproprie.

“Mudou porque hoje a mãe dá satisfação para a escola o tempo todo quando o aluno falta. Antes não tinha não, ela tem medo de perder essa ajuda. (...) Hoje ela vem, ela justifica. (...) Tende a melhorar o aproveitamento se você não vem vai aprender o que? Você não veio.” (Coordenadora de escola em São Luiz- Maranhão)

“O Bolsa Família melhora sim A gente tem uns alunos que freqüentam, eles gostam de estar na escola. (...) tanto que à tarde os meninos da manhã vêm, eles fazem as atividades da prática cívica que é obrigatória, mas eles também

vêm porque eles participam dos jogos escolares” (Professora de escola em Teresina - Piauí).

### **3.1.5. Região Norte**

Tal como na região Nordeste, no norte do Brasil os entrevistados tenderam para uma avaliação positiva dos efeitos do PBF na escola. Neste sentido, apontam que a obrigatoriedade da frequência escolar pode ser utilizada como elemento capaz de alavancar as propostas educacionais. Mais especificamente a obrigatoriedade da frequência seria uma possibilidade da escola estabelecer uma articulação com a família e levá-la ao comprometimento, como exemplificam as afirmações dos operadores de ensino abaixo descritas:

“É um investimento interessante. (...) Você cria a cultura do pai colocar o filho na escola. (...) Na medida que o Governo Federal ajuda a família com o Bolsa Família exigindo que, para isso, o filho tem que estar na escola, e faz investimento na estruturação das escolas, para criar o ambiente, isso tem que resultar em alguma coisa.” (Representante de uma Secretaria Estadual de Educação da Região Norte)

“Faz diferença, a gente observa que a frequência ela é monitorada, a mãe acompanha mais os filhos, o filho também entende que isso é importante (...) ele se liga mais na escola em virtude da questão do Bolsa Família.” (Diretor de escola em Macapá- Amapá)

“(...) eu não posso negar que isso contribui para que os nossos alunos permaneçam, eu não posso negar, ele permanece na escola. A maioria dos pais que são presentes são os pais que têm o Bolsa Família, eles estão mais preocupados com os filhos.” (Coordenador de escola em Macapá - Amapá)

“... têm muitos que os pais são responsáveis e aí eles têm esse cuidado da criança frequentar, eles vêm verificar se a criança está frequentando embora o moleque não queira nada. Agora a preocupação deles é só com isso, não é com

a aprendizagem do filho, não é com o sucesso do filho, ah porque o fulano vai perder a bolsa aí eles acompanham isso, a gente vê que os pais não são comprometidos.” (Coordenadora de escola em Macapá - Amapá)

No entanto nem todos os entrevistados na região Norte acreditam que o PBF tem como resultado uma maior participação dos pais dos educandos na vida do aluno e da escola, como pode ser exemplificado nos trechos abaixo:

“(…) existem pessoas que perderam a Bolsa porque não freqüentavam a escola, e existem aqueles que continuavam indo para a escola só por ir, por freqüência e não estudavam, não tinham acompanhamento em casa, entendeu, ia para a escola só para brincar, não tinham retorno nenhum. Com o Bolsa Família ocorreu mudança quantitativa, sim, só quantitativa, porque a maioria desses alunos não tem rendimento, entendeu.” (Coordenadora de escola em Belém - Pará)

“(…) houve sim, mas uma freqüência interesseira, a freqüência maior dos responsáveis que procuram a escola e vem com uma gana muito grande, uma garra muito grande para contestar quando chamamos acima de cinco faltas, quando deixamos de fornecer a declaração, declaração esta necessária para receber o Bolsa Família, eu diria uma freqüência interesseira. Mas no geral a evasão diminuiu.” (Diretora de escola em Belém - Pará)

Alguns operadores de ensino na região Norte entendem que, mesmo sendo através “da força”, é importante esse movimento dos pais em conduzir seus filhos à escola, garantindo a presença dos alunos.

“...a gente percebe porque tem a cobrança de saber se o aluno está freqüentando. (...) Quando a gente consegue trazer o aluno para a escola acho que isso já é um ponto muito importante” (Coordenadora de escola em Macapá- Amapá)

“Houve, houve sim, as salas são lotadas. (...) Quando um aluno desses chega a faltar é porque está doente.” (Professora de escola em Macapá - Amapá)

“Sim, porque o aluno é obrigado a permanecer na escola, se ele não permanecer é retirado a Bolsa. (...) Agora é preciso ter um melhor acompanhamento porque não adianta simplesmente o aluno ser jogado aqui e ficar abandonado pela família. (...) porque senão tem aluno que vem para a escola só para bagunçar, não quer saber de nada” (Professor de escola em Macapá - Amapá)

“(...) ela força o aluno freqüentar a escola porque se ele não freqüentar ele é penalizado e ajuda também até no sentido financeiro da família (...). Melhora. Nem que seja forçado melhora.” (Diretora de escola em Macapá - Amapá)

### **3.2. Efeitos Negativos**

#### **3.2.1. Região Sul**

Os operadores de ensino cuja ótica avaliativa dos efeitos do PBF na educação é negativa argumentam de forma direta que este não traz nenhum impacto à educação. Isto porque o desenho do Programa não ensejaria uma “cobrança” adequada e mais voltada para o aproveitamento escolar do aluno, ou porque em suas escolas poucos alunos estão inseridos.

Nesta perspectiva, o que é considerado desfavorável é a exigência da condicionalidade do programa no que concerne à Educação estar restrita apenas à presença do aluno o que, segundo os entrevistados, não conduz ao desejo/interesse em estudar. Antes, consideram que são estes alunos, cujas famílias encontram-se inscritas no PBF, que geram “problemas” na escola:

“A freqüência eu posso dizer que sim, a evasão também sim, (...) mas ainda não considero favorável. (...) Porque ele é obrigado a vir, ele está vindo porque no final do mês ele vai receber uma bolsa. (...) pra nós ele não está valendo,



inclusive ele está baixando o nosso índice. E está piorando.” (Professora de escola em Florianópolis – Santa Catarina)

“(…) não um bom resultado porque a gente vê pai e mãe muitas vezes falando para o filho, aqui dentro da sala de direção e orientação, de que se você me aprontar mais uma e me fizer perder essa bolsa aí nós vamos conversar. Houve uma pressão dos pais... Isso é visível uma interferência dos pais. O interesse dos pais no Bolsa Família é grande. Mas é só na frequência do aluno, porque a gente tem um baixo índice de frequência dos pais em reunião escolar.” (Professora de escola em Florianópolis – Santa Catarina )

“Muito pouco. Por que tem pais que obrigam o filho a vir para a escola para ganhar o benefício. Mas estudar não é isso. Então deveria dar o benefício, mas cobrar a nota, cobrar a participação dos alunos. Ele só da e cobra presença.” (Coordenador de escola em Curitiba– Paraná)

“(…) nós temos uma média de quinhentos alunos que ganham Bolsa Família, que não influencia em nada. Eles continuam se evadindo, eles continuam faltando e quando a gente vai fazer aquela pesquisa que a gente tem que mandar, a gente nota que tem muita gente faltando. Os que têm o Bolsa Família são os que dão problemas para a escola e não participam das atividades, não vêm pra escola... Então o que falta mesmo é o interesse daquele aluno de tentar estudar. Por que quando a gente vai conversar diretamente com o aluno, ele diz: não quero estudar, eu estou aqui por que se não vou perder o Bolsa Família.” (Diretor de escola em Curitiba– Paraná)

Há, também, aqueles que acreditam que o PBF possa ter impacto somente no ensino fundamental:

“Do Bolsa aqui na escola não teve impacto no ensino médio. Eu sei que no ensino fundamental, eu tenho conhecimento, não sei se no ensino médio tem aluno que tem o Bolsa, mas no ensino fundamental se não me engano tem

alunos que tem e notou-se que os alunos são mais freqüentes. Mas são poucos casos aqui.” (Professor de escola em Porto Alegre – Rio Grande do Sul)

“Acho que para o ensino fundamental faz uma diferença grande. Para o ensino médio não. Acho que a escola encheu sim. Mas sempre quando há um interesse diferente daquele que não seja o foco principal que é o ensino, é fantasia. Então eu não vejo com seriedade.” (Professora de escola em Curitiba - Paraná)

### **3.2.2. Região Sudeste**

Nessa região o principal argumento negativo assemelha-se ao que foi apontado no Sul: os alunos oriundos de famílias que estão no PBF constituiriam o grupo que causa transtornos à escola:

“Eu acho que os alunos que estão na Bolsa Família são os que mais dão problema de disciplina no colégio. Porque muitos vêm obrigados. (...) Não é feito um trabalho social de mudar a cabeça para eles entenderem que isso é um recurso a mais. As famílias grandes querem viver disso. E a mãe não dá muito apoio, não vem. Então o menino vem, muitos vêm, mas não entram na sala de aula.” (Coordenadora de escola em Belo Horizonte – Minas Gerais)

“Olha o impacto que tem é o seguinte: isso aí é no ensino fundamental, porque tem a faixa etária para ensino fundamental. Mandam o aluno para a escola para poder ganhar esses benefícios, o principal objetivo é mesmo receber o dinheiro desses programas sociais. Eu particularmente sou super contra. O aluno que vem para cá que não tem disciplina nenhuma. Não quer saber de nada.” (Professor de escola em Belo Horizonte – Minas Gerais)

### **3.2.3. Região Centro-Oeste**

Na região Centro-Oeste os argumentos desfavoráveis aos efeitos do PBF na educação se apoiam basicamente em dois elementos. O primeiro está relacionado a afirmação – já levantado quando realizamos a análise dos dados

da região Sul – de que a presença deste aluno na escola não conduz diretamente à ganhos de aprendizagem.

“Não, não acho que ela contribui não. Até porque os alunos vêm para a escola, mas só porque recebem uma bolsa, mas não têm aquele compromisso com o aprendizado. (...) Acho que se ele fosse exigido, se também tivesse essa aprendizagem que correspondesse ao ensino aí seria melhor.” (Coordenador de escola – Distrito Federal)

“Há vários programas sociais, mas que não atrelam a condição do rendimento do aluno na escola e sim a frequência, e frequência é muito relativa.” (Técnico do censo escolar – Distrito Federal)

“Eu acho que reduzem a evasão, mas não atingem o objetivo da escola. Porque o aluno muitas vezes está freqüente, ele não abandona, mas também não produz.” (Coordenador de escola – Distrito Federal)

“Eu acho que não. Esses alunos que tem Bolsa Família são alunos que quase não faltam por conta disso, mas não porque eles querem estar vindo. Ele está ali senta, mas não está. Está obrigado no ensino.” (Diretor de escola em Campo Grande – Mato Grosso do Sul)

“Eu creio que não. (...) O aluno vem porque se não a mãe vai perder o Programa Bolsa Família. Mas ele não quer nada com nada, mesmo. Recebe o dinheirinho. Eu acho que tem que ter um acompanhamento maior do governo... O rendimento escolar... Tem que acompanhar.” (Coordenador de escola em Campo Grande – Mato Grosso do Sul)

A presença do aluno na escola como uma exigência do desenho do Programa é um aspecto tomado paralelamente como positivo e negativo pelos atores entrevistados. Isto porque, segundo estes, ao mesmo tempo em que garante a permanência do discente na escola, não tem o poder de melhorar a qualidade dos processos educacionais, cujas bases são outras.

O segundo viés de argumentação contra os efeitos do PBF caminha para o entendimento do PBF como um dispositivo que oscila do paternalismo ao desestímulo ao trabalho e autonomia familiar.

“Ah tem, negativamente; veio para piorar. (...) Ele não tem uniforme e não tem nada, mas recebe Bolsa Família. Talvez se ensinasse aos pais uma profissão ou até na escola, não sei, desse resultado.” (Coordenadora de escola em Goiânia – Goiás)

“Eu não sei se isso de fato ajuda. (...) Eu acho que faz acomodar muito. (...) Eu acho que estimula só o pai ter mais filho pra ganhar mais dinheiro.” (Coordenador de escola em Campo Grande – Mato Grosso do Sul)

Este posicionamento acerca de uma relação entre desestímulo ao trabalho e programas de transferência de renda já foi refutada por pesquisas realizadas nos últimos anos<sup>2</sup>. Ainda assim aparece com força no senso comum nacional e como vemos é esgrimida mesmo por agentes sociais escolarizados e que atuam no campo da educação.

### **3.2.4. Região Nordeste**

Também nesta região as avaliações negativas acerca do Programa Bolsa Família, realizada por alguns entrevistados, caminham na direção de apontar que não há impacto no aproveitamento escolar, na ampliação do interesse por parte dos discentes em estudar e de suas famílias em acompanhar seu desenvolvimento.

---

<sup>2</sup> Ver “Relatório de avaliação do Programa Bolsa Família” produzido pelo IBASE em 2008, disponível em: <[http://www.ibase.br/userimages/ibase\\_bf\\_sintese\\_site.pdf](http://www.ibase.br/userimages/ibase_bf_sintese_site.pdf)>. Acesso em: junho de 2010. Ver também Brandao, André e Da Dalt, Salette. “O Programa Bolsa Família e as possibilidades de geração de trabalho e renda entre os beneficiários”. Trabalho apresentado no 13º. Congresso Internacional da Rede Mundial de Renda Básica. São Paulo, 2010.

“Eu acho que não. (...) não é essa bolsa que está segurando o aluno na escola que faz com que ele venha porque nós já temos alunos que perderam o benefício por não freqüentar. Às vezes a mãe força ele a vir para não perder esse benefício, mas isso aí diretamente não está querendo dizer que ele venha para estudar, para aprender, para fazer a diferença.” (Coordenadora de escola em Fortaleza – Ceará)

“Melhorar a frequência... deu uma melhorada. Mas em contrapartida, o aluno vem porque as mães forçam o aluno a vir para a escola por conta desse programa. Ele vem porque se não vier não vai receber, e eu sinceramente não acho isso uma boa. (...) Eu acho que deveria ter programas que incentivassem o aluno a crescer como pessoa, na busca pelo conhecimento, por vontade de aprender mesmo, para construir algo.” (Coordenadora de escola em Teresina–Piauí)

“Porque o pai e mãe ele não estão preocupados com a freqüência positiva do aluno, se ele está aprendendo, se ele está estudando e sim no financeiro. (...) Melhorou sim a freqüência e a evasão quantitativamente, mesmo quando vai começar a diagnosticar, quando a Secretaria começa a ver no diário quem está regular ou quem não está... Tem pais que muito antes de começar essa fiscalização já vem procurar, já vem atrás.” (Coordenadora de escola em Maceió – Alagoas)

“Eu não posso ter o projeto da bolsa atrelado só a freqüência. Ela facilita, mas que seja atrelado a esse programa um acompanhamento com os pais. Para trazer esse aluno à qualidade do ensino e conscientizá-lo porque ele também não sabe.” (Diretora de escola em Recife – Pernambuco)

Por outro lado, de acordo com as perspectivas dos profissionais da educação, quando se trata do aluno do ensino médio<sup>3</sup>, este acaba realmente abandonando a escola pelo fato de se inserir precocemente no mundo do trabalho, no intuito de garantir sua própria renda, uma vez que não é ele quem recebe e administra o dinheiro oriundo do PBF:

“Eles costumam não respeitar isso, já que não são eles que recebem o dinheiro, então eles querem um emprego, dinheiro, trabalhar de garçom, flanelinha, para ganhar o próprio dinheiro e não depender disso já que o Bolsa Família quem recebe é o pai, a mãe ou a avó.” (Professor de escola em João Pessoa – Paraíba)

“Ele faz com que alguns, não são a maioria, alguns fiquem na sala de aula; outros mesmo com o Bolsa Família não ficam, mesmo com a gente dizendo para eles que eles vão perder, continuam faltando e muitos já perderam o Bolsa Família. (...) os pais quando são chamados para nós mostrarmos o relatório, os pressionam, mas isso não faz diferença pra eles.” (Técnico do censo escolar em Recife – Pernambuco)

Alguns profissionais entrevistados, por sua vez, relatam não terem pensado a respeito do assunto ainda, ou não conseguem precisar se os resultados verificados são consequência da inserção da família no PBF:

“Não ocorreram mudanças com o PBF. Quanto ao Projovem eu achei interessante esse programa assim o incentivo... Mesmo que eu ache assim que talvez seja pelo dinheiro, mas isso aí já é alguma coisa a pessoa ir pra escola e dizer assim eu não vou faltar porque eu tenho que ter interesse em passar porque eu recebo esse benefício do governo federal.” (Técnica do censo escolar em São Luiz – Maranhão)

---

<sup>3</sup> Vale lembrar que na composição do valor transferido às famílias são considerados os filhos que estão frequentando a escola até a idade de 17 anos.

“Não, eu não diria que a frequência tenha tido nenhuma vantagem em relação que eu possa dizer: Isso aqui foi por causa do Bolsa Família.” (Diretora de escola em Teresina – Piauí)

“(...) não vi muita diferença não. Mas neste ano letivo, creio eu, que teve menos evasão do que ano passado. Não sei se é o retrato desses programas...” (Professor de escola em Maceió – Alagoas)

### **3.2.5. Região Norte**

A região norte traz uma peculiaridade quando analisamos o conjunto das entrevistas: há uma quase unanimidade na afirmação dos efeitos positivos do PBF na educação. A única exceção encontramos na entrevista de um representante de uma secretaria estadual de educação:

“Continuam faltando e continuam recebendo também; talvez se não recebessem aí os pais até fariam alguma coisa por eles. A gente vê aluno aí que se matriculam, vem, repete dois, três anos e continuam recebendo Bolsa Família.” (Representante de uma Secretaria Estadual de Educação da Região Norte)

## **4. Considerações Finais**

É no cotidiano das escolas que o desenho do Programa Bolsa Família vem sendo efetivamente posto a prova. Assim se observarmos os resultados da Nota Técnica 110/2010 da SAGI/MDS<sup>4</sup> (que expressa os resultados de uma extensa pesquisa de avaliação de impactos do PBF que comparou famílias beneficiárias com famílias não beneficiárias em situação de pobreza similar) e os confrontarmos com os dados retirados das entrevistas com os atores que

---

<sup>4</sup> Esta pesquisa de avaliação de impacto do PBF foi realizada pelo *International Food Policy Research Institute* com financiamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Banco Mundial (BIRD). A coleta de dados ocorreu entre setembro e novembro de 2009.

atuam nas escolas verificaremos elementos interessantes. O primeiro é que a quase totalidade dos entrevistados aponta para melhora na frequência das crianças e adolescentes, bem como para a diminuição do abandono e da evasão escolar – o que corrobora os resultados daquela pesquisa.

A nota técnica aponta que no Nordeste os efeitos neste campo são ainda mais amplos. Em nossa pesquisa qualitativa que não tem qualquer pretensão de representatividade estatística ou de generalização de resultados, também foi no Nordeste e ainda na região Norte que encontramos o maior número de avaliações positivas acerca dos efeitos do PBF na frequência escolar.

A Nota Técnica aponta que ocorre melhor progressão escolar das crianças e adolescentes oriundos de famílias beneficiárias (6,0 pontos percentuais maior que as de famílias não beneficiárias), no entanto os atores entrevistados insistem que o PBF embora tenha impactado a frequência não levou a melhor aproveitamento escolar.

Não acreditamos que esta aparente incongruência signifique resultados conflitantes. Mais razoável é deduzir que no quadro geral da pobreza e da miséria que ainda são endêmicas no Brasil um resultado melhor de um grupo de alunos pobres quando comparado a outro grupo de alunos pobres<sup>5</sup> pode passar mesmo despercebido por diretores, coordenadores e professores. Isto porque tal desempenho “melhor” pode ser lido na escola como “ruim” ou “insuficiente”, principalmente se lembrarmos do tipo de aluno que a escola espera (provido de algum nível de capital cultural previamente incorporado).

Não podemos esquecer que as famílias vinculadas ao PBF acumulam um conjunto de vulnerabilidades típicas das situações de pobreza e extrema pobreza. Esta situação certamente tem incidência sobre as possibilidades de “sucesso” das crianças e adolescentes no sistema escolar.

Neste sentido a permanência destes alunos se relaciona também com a própria urgência material que tende a impactar o valor subjetivo que as famílias atribuem à manutenção das crianças e jovens na escola. Além disto, estudos recentes mostram que a qualidade das escolas em geral implantadas

---

<sup>5</sup> Não beneficiários, mas pertencentes a famílias que possuem características socioeconômicas que as tornam elegíveis para o PBF.



em áreas tipicamente habitadas pelas parcelas mais pobres da população em conjunto com a inexistência de equipamentos públicos de cultura e com a própria escassez de capital cultural no âmbito da família, também devem ser considerados como variáveis fundamentais quando se avalia elementos como evasão, abandono, progressão e mesmo sucesso escolar (Ver por exemplo RIBEIRO, L. C. de Q. e KATZMAM, R., 2008).

Sabemos que a baixa escolaridade típica desta parte da população (resultado da evasão escolar e de uma espiral de defasagem idade-série) leva a um processo no qual a pobreza é familiarmente transmitida, criando um ciclo intergeracional de reprodução desta. Em seu desenho o Programa Bolsa Família pretende contribuir com o rompimento desse ciclo através do “incentivo” a permanência de crianças e adolescentes na escola com índices efetivos de frequência. Neste sentido se a baixa escolaridade constitui uma variável importante para o ciclo intergeracional de reprodução da pobreza, incluir e manter as crianças e adolescentes na escola torna-se emergencial.

Para além das dificuldades para que a educação no Brasil consiga dar um salto de qualidade, não podemos esquecer que existem enormes barreiras entre as possibilidades de “consumo” da escola quando pensamos nos grupos sociais mais pauperizados e vulneráveis. Os pobres e miseráveis estão ainda distantes de alcançarem oportunidades efetivas de inclusão sustentada no mercado e encontram-se ainda apartados da sociabilidade dominante<sup>6</sup> – onde a educação escolar é primordial e gera possibilidades de inserção social. Assim, o simples fato do PBF se voltar para a minimização das situações de pobreza e miséria já é por si só extremamente importante. Certamente, porém não será um programa social de transferência de renda que isoladamente resolverá os problemas relacionados à difícil relação entre as populações pobres e a escola em nosso país.

---

<sup>6</sup> Sobre este aspecto Brandão (2004) apresenta uma longa discussão a partir de dados empíricos coletados em periferias urbanas.

## 5. Bibliografia

BRANDAO, André e DA DALT, Salete. “O Programa Bolsa Família e as possibilidades de geração de trabalho e renda entre os beneficiários”. Trabalho apresentado no 13º. Congresso Internacional da Rede Mundial de Renda Básica. São Paulo, 2010.

BRANDÃO, André. Miséria da Periferia. Rio de Janeiro, Pallas, 2004.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Condicionais – cartilha. 2010

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e KATZMAM, Rubem (orgs). *A Cidade Contra a Escola: segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina*. Rio de Janeiro, Letra Capital/FAPERJ; Montevideu, Uruguai: IPPES, 2008.

SAGI/MDS. Nota Técnica N.º 110/2010/DA/SAGI/MDS. Brasília, MDS, 2010.

SILVA, Anderson P. BRANDÃO, André e DA DALT, Salete. “Educação e pobreza: o impacto das Condicionais do programa bolsa família”. *Revista contemporânea de educação*. Rio de Janeiro, FE-UFRJ, v. 4, n. 8. - agosto/dezembro 2009.